

Pioneirismo e inovação: contribuição das mulheres à história econômica brasileira, anos 1940-1970^a

Pioneering and innovation: contribution of women to Brazilian Economic History, 1940s-1970s

Maria Alice Rosa Ribeiro^b 

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/Centro de Memória – Unicamp, Campinas (SP), Brasil

Cláudia Alessandra Tessari^c 

Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Economia, Osasco (SP), Brasil

Resumo: Este artigo analisa as inovações temáticas e metodológicas de oito pesquisadoras na historiografia econômica e social brasileira entre 1940 e 1970. Em contraste com as obras de síntese tradicionais, essas autoras contribuíram para uma ruptura epistemológica ao introduzir o rigor monográfico e/ou quantitativo fundamentado em fontes primárias inéditas. Emília Viotti da Costa, Katia Mattoso, Mafalda Zemella, Maria Yedda Linhares, Cecília Westphalen, Eulália Lobo, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Maria Silvia Bassanezi desbravaram temas até então marginais, revelando, algumas, a agência dos sujeitos subalternos, outras, a complexidade das dinâmicas econômicas regionais, indicando que a produção feminina não

Editora responsável: Silvana Andrade dos Santos | DOI: <https://doi.org/10.29182/hehe.v29i4.1150>

^a Submissão: 08/04/2026 | Aprovação: 09/07/2026 | Publicação: 12/09/2026

^b mariaalicerosaribeiro@gmail.com | Concepção, pesquisa e análise de dados e/ou documentos, discussão dos resultados e redação e/ou revisão do texto.

^c ctessari@unifesp.br | Concepção, pesquisa e análise de dados e/ou documentos, discussão dos resultados e redação e/ou revisão do texto.

As autoras declaram não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito. Foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para: auxílio na identificação dos códigos JEL; identificação de palavras-chave; e identificação de possíveis títulos. As sugestões trazidas pela ferramenta de IA (Notebooklm) foram avaliadas pelas autoras e foram utilizadas apenas como subsídio para auxiliar nas decisões finais.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

apenas diversificou os objetos de estudo, mas estabeleceu parâmetros fundamentais para a história econômica no Brasil, sendo essencial para compreender as desigualdades estruturais e a formação do capitalismo nacional.

Palavras-chave: História Econômica Brasileira. Historiografia. Mulheres.

Abstract: This article analyzes the methodological innovations of eight female researchers in Brazilian economic and social historiography between 1940 and 1970. In contrast to traditional synthesis works, these authors promoted an epistemological rupture by introducing monographic and/or quantitative rigor grounded in unpublished primary sources. Emília Viotti da Costa, Katia Mattoso, Mafalda Zemella, Maria Yedda Linhares, Cecília Westphalen, Eulália Lobo, Maria Sylvia de Carvalho Franco, and Maria Silvia Bassanezi explored previously marginal themes, revealing, some, the agency of subaltern subjects, others, the complexity of regional economic dynamics, indicating that female production not only diversified the objects of study but also established fundamental parameters for economic history in Brazil, being essential for understanding structural inequalities and the formation of national capitalism.

Keywords: Brazilian Economic History. Historiography. Women.

JEL: N01. N36. B54.

Introdução

Na exposição sobre a historiografia brasileira realizada no I Seminário de Estudos Brasileiros, ocorrido no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), em 1971, Alice Piffer Canabrava (1971) resumiu a situação da história econômica, da qual extraímos dois marcadores: primeiro, obras de síntese que originaram a história econômica brasileira; segundo, as obras foram produzidas exclusivamente por homens, sendo o grupo de pioneiros composto por: Vitor Viana (1922), Lemos Brito (1923), Contreiras Rodrigues (1935) e João Lúcio de Azevedo (1929). Canabrava destaca a obra *Épocas de Portugal Econômico*, de João Lúcio de Azevedo, por considerá-la a que maior impacto exerceu, em função da interpretação da formação econômica brasileira baseada na teoria dos ciclos econômicos.

A próxima geração de autores do campo da história econômica brasileira, do mesmo modo, era composta por homens, iniciou-se com a primeira obra inspirada nos ciclos econômicos – *História Econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen –, que buscava precisar os fenômenos econômicos por meio de dados quantitativos, tais como estatísticas de produção, comercialização, monetárias etc. Porém, a obra que verdadeiramente renovou a interpretação do processo de colonização da América portuguesa foi *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1942), de Caio Prado Júnior. Ao partir da indagação sobre o sentido maior da existência da colônia, Prado Júnior abandonou a perspectiva descritiva dos acontecimentos e reinterpreto a sociedade colonial, enfatizando a importância do período de construção e funcionamento da colônia para os desdobramentos futuros da jovem nação imperial. Nos anos de 1950, uma nova interpretação emergiu em *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1959), que aos ciclos econômicos acrescentou a preocupação com a questão premente daqueles anos: o desenvolvimento econômico. Furtado recorreria à história da economia colonial, escravista e exportadora de produtos tropicais para resgatar os elementos condicionantes da formação da renda e da sua estrutura de distribuição, nos quais o problema do desenvolvimento econômico se assentava.

Tamás Szmrecsányi (2017) concordava com o roteiro sucinto da historiografia econômica proposto por Canabrava com a gênese da história econômica brasileira atribuída às obras de João Lúcio, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Porém, Szmrecsányi apresentava

uma ressalva: a de que, entre os fundadores, deveria ser incluída a própria Canabrava, que, em 1942, ou seja, no mesmo ano da publicação da obra de Caio Prado Júnior, defendeu sua tese de doutorado, *O comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*.

Além do valor e do merecido reconhecimento,¹ a proposta de Szmrecsányi de inclusão de Alice Piffer Canabrava na gênese da história econômica brasileira abriu espaço para expor as contribuições das mulheres à história econômica e social do Brasil em um mundo dominado por homens zelosos em manter suas posições de lideranças acadêmicas e intelectuais.

Este artigo se propõe a trazer um panorama de oito pesquisadoras pioneiras da historiografia econômica brasileira, destacando que suas pesquisas e interpretações realizadas entre as décadas de 1940 e 1970 transformaram a compreensão sobre a formação do país: Emília Viotti da Costa; Katia de Queirós Mattoso; Mafalda Zemella, Maria Yedda Leite Linhares; Cecília Maria Westphalen; Eulália Maria Lahmeyer Lobo; Maria Sylvia de Carvalho Franco; e Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi.

Para tratar da contribuição dessas oito mulheres, são abordados quatro eixos temáticos fundamentais da história econômica do Brasil – escravos e escravidão; mercado interno e abastecimento; dinâmicas de preços e padrão de vida; e, trabalho livre e imigração –, nos quais são analisadas nove obras, conforme mostra o Quadro 1.

¹ Em 1959, Francisco Iglésias incluía o trabalho de Alice Canabrava entre as obras pioneiras da história econômica, retirando-a, entretanto, em publicação posterior. Nos anos de 1970, tratando sobre a “boa qualidade da historiografia de origem universitária”, cita “a produção notável de Alice Canabrava” (Szmrecsányi, 2017, p. 115-116).

Quadro 1 – Eixos temáticos, obras e autoras abordadas

Eixo temático	Obra	Autora	Anos*
Escravos e escravidão	<i>Da Senzala à Colônia</i>	Emília Viotti da Costa	1964/1966
	<i>Ser Escravo no Brasil</i>	Katia de Queirós Mattoso	1979/1982
Mercado interno e abastecimento	<i>O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII</i>	Mafalda Zemella	1951
	<i>História do abastecimento uma problemática em questão (1530-1918)</i>	Maria Yedda Leite Linhares	1977/1979
	<i>Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá (1969)</i>	Cecília Maria Westphalen	1969
Dinâmicas de preços e padrão de vida	<i>Evolução dos preços e do custo de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930</i>	Eulália Maria Lahmeyer Lobo	1971
	<i>Os preços na Bahia de 1750 a 1930</i>	Katia de Queirós Mattoso	1973
Trabalho livre e imigração	<i>Homens livres na ordem Escravocrata</i>	Maria Sylvia de Carvalho Franco	1969
	<i>Fazenda Santa Gertrudes. Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista. 1895-1930</i>	Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi	1973

*Anos de elaboração ou publicação da obra.

Várias motivações atuaram nas escolhas dessas oito pesquisadoras: a importância dos eixos temáticos para a compreensão da história econômica do Brasil e a originalidade da contribuição das pesquisadoras quanto ao tema, ao método e às fontes. Também importou a preocupação em apresentar a contribuição feminina às novas gerações de historiadores econômicos e, portanto, algumas autoras e obras selecionadas eram (e ainda são) pouco conhecidas do público mais jovem).²

² As restrições de tempo e de espaço tornam impossível analisar as obras de todas as autoras que marcaram a presença feminina nos escritos de história econômica do Brasil na primeira vaga de 1940 a 1970. Cabe uma referência especial às historiadoras contemporâneas àquele período e que não foram aqui incluídas: Alice Piffer Canabrava, Olga Pantaleão, Myriam Ellis, Nícia Vilela Luz, Maria Bárbara Levy, Maria Thereza Schorer Petrone, Suely Robles Reis de Queiroz, Ismênia de Lima Martins e Sandra Jatahy Pesavento. Contudo, ainda nos move a pretensão de construir passo a passo a história da presença das mulheres na historiografia da história econômica brasileira.

Compete destacar as especificidades das contribuições femininas à história econômica brasileira e já presentes na obra inaugural de Alice Canabrava. Normalmente, as obras realizadas por mulheres abordam assuntos monográficos, sem a pretensão de fazer generalizações e de realizar a grande síntese da formação econômica do Brasil, baseada em estudos anteriormente publicados.³ Associada a essa especificidade, aparece uma segunda: os estudos incorporam os resultados de uma vasta pesquisa documental, manuscrita e/ou impressa, diversificada e/ou serial. Também se dedicaram a temas ainda não explorados à sua época ou, se explorados, o foram de modo superficial, sem o rigor da pesquisa, da reflexão crítica das fontes primárias e dos dados quantitativos para corroborarem as interpretações. A pesquisa minuciosa e arduamente executada pelas autoras à semelhança de “trabalho de formiguinhas”, ou ainda, “de bordadeiras, que traçam seus bordados unindo ponto a ponto”, contribuíram para desbravar e sistematizar os conteúdos de acervos, coleções e de arquivos de instituições públicas e privadas. Nosso conhecimento sobre os arquivos e as fontes documentais manuscritas muito se deve ao seu trabalho.

Por fim, todas as obras analisadas representam contribuições relevantes e merecem estar no rol daquelas que fazem parte da moderna historiografia econômica brasileira. Assim, o artigo detalha trajetórias e contribuições intelectuais de oito mulheres que se dedicaram à pesquisa sobre temas que perpassam o campo da história econômica, resgatando a importância acadêmica feminina na inovação metodológica e na construção de uma interpretação científica e diversificada da economia e da sociedade brasileiras.

³ Os estudos monográficos podem exercer um papel importante quando aprofundam a pesquisa em novas fontes, quando revisitam fontes já conhecidas com novos recursos tecnológicos, quando trazem à tona novas reflexões e questionam e problematizam as generalizações sacramentadas. Podem também servir de base mais sólida para estudos com pretensão mais ampla, como é o caso das obras aqui analisadas.

1. Escravos e escravidão:⁴ as contribuições de Emília Viotti da Costa e Katia de Queirós Mattos

A análise da escravidão no Brasil encontrou em Emília Viotti da Costa e Katia de Queirós Mattoso dois pilares fundamentais que, embora partindo de lugares teóricos e recortes geográficos distintos, convergiram para uma renovação metodológica profunda no campo da história econômica e social.

Emília Viotti da Costa, em sua obra seminal *Da senzala à colônia*, inovou ao deslocar o foco da abolição enquanto mero ato jurídico para um processo complexo de desagregação do sistema escravista, motivado por transformações econômicas, políticas e ideológicas nas áreas cafeeiras do Sudeste. Sua pesquisa destacou-se pelo uso exaustivo de fontes documentais, incluindo anais parlamentares, relatórios ministeriais e manuais de lavradores, para concluir que a abolição, embora vitoriosa no plano político, falhou em promover a integração real do ex-escravizado.

Por outro lado, Katia de Queirós Mattoso, em *Ser escravo no Brasil*, propôs uma abordagem voltada para a subjetividade e a agência do sujeito escravizado, buscando “ir ao encontro do escravo” para entender sua identidade e estratégias de sobrevivência. Ao utilizar métodos quantitativos aplicados a séries de inventários *post mortem* e cartas de alforria, Mattoso revelou a complexidade das relações sociais e as fissuras no sistema que permitiam ao escravo preservar parcelas de autonomia. Juntas, essas autoras transformaram o escravizado de objeto passivo em sujeito histórico atuante, integrando a análise dos grandes ciclos econômicos à experiência humana e social da escravidão.

1.1 Emília Viotti da Costa (1928-2017) e *Da senzala à colônia* (1964/1966)

Emília Viotti da Costa nasceu na cidade de São Paulo em 10 de fevereiro de 1928, filha do português e comerciante Albano da Costa e de Zilda Viotti da Costa. Cursou Geografia e História (entre 1948 e 1951) na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL), antigo nome da atual

⁴ Todas as autoras e mesmo autores que escreveram seus trabalhos acadêmicos antes do século XXI empregavam o termo escravo. Assim, adotamos o termo, a designação, a palavra empregada pelas autoras, entendendo que o contrário seria um estranhamento, ou até mesmo um anacronismo.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Completou seus estudos na École Pratique des Hautes Études e na École du Louvre com bolsa do governo francês (1953-1954).⁵ Exerceu atividades didáticas nos cursos superior e secundário.

Em 1964, prestou concurso de livre-docência para a cadeira de História da Civilização Brasileira da FFCL-USP, cujo catedrático era Sérgio Buarque de Holanda, sendo aprovada com trabalho que se tornou referência para os estudos sobre escravidão. Originalmente, sua tese foi intitulada *Escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista*. Quando da publicação, em 1966, recebeu o título *Da senzala à colônia*. Como o próprio título original sugere, o objetivo da tese é analisar o processo de desagregação do sistema escravista nas áreas cafeeicultoras do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais. Fugindo às análises até então usuais na historiografia sobre a abolição da escravidão, Viotti da Costa imprimiu um entendimento de que a abolição do sistema escravista resultou da agitação e da luta do movimento abolicionista urbano e das frequentes fugas de escravos das fazendas. Porém, as razões para o desmantelamento extrapolaram as lutas abolicionistas e dos escravos e se encontravam nas transformações econômicas, políticas e ideológicas que se enraizaram naquela região, onde se concentrava o maior contingente de escravos desde o início da expansão cafeeira para as novas terras do Oeste Paulista, em 1850.

Na “narrativa-explicativa” de Viotti da Costa sobre o processo histórico que se desenrolou desde a Independência, as regiões cafeeiras fluminense, mineira e paulista ocuparam o centro de profundas transformações, abrigando as primeiras experiências com trabalho livre, o tráfico de escravos interprovincial, a expansão da cafeicultura por terras virgens em direção ao Oeste Paulista, a construção de ferrovias, a diversificação das atividades econômicas, a urbanização e a industrialização. Foram essas transformações que forjaram a extinção da escravidão, ao atingirem as mentes, as ideias, as discussões, quer na rua, quer no parlamento.

A autora elaborou sua análise em três partes para a interpretação dos elementos estruturais e conjunturais que explicam o desmantelamento do sistema escravista nas zonas cafeeiras, cobrindo o período de 1822 a 1888.

⁵ Para compor as notas biográficas de Emília, recorreremos a Saes, Ribeiro e Saes (2017) e a Ribeiro (2017b). Para análise da obra, Tessari e Ribeiro (2021).

Assim, na primeira parte trata dos aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista; na segunda, das condições de vida do escravo nas zonas cafeeiras; e, finalmente, na terceira, da ideologia sobre a escravidão e sobre a abolição. Na primeira parte, buscou demonstrar, com base em fontes estatísticas e documentais diversas, a evolução da economia daquelas regiões sob o ponto de vista do processo produtivo, introdução de máquinas de beneficiamento, melhorias dos meios de transporte, ferrovias, comercialização, financiamento e restrições ao trabalho escravo impostas pela legislação: abolição do tráfico internacional de escravos (1850), proibição de vender escravos separados dos cônjuges e dos filhos (1869), lei do Ventre Livre (1871) e lei dos sexagenários (1885) etc., introdução do trabalho livre na cafeicultura (1842-1884). Na segunda, tencionou verificar as transformações ocorridas e seus impactos sociais; e, na terceira, analisou a evolução das ideologias em função das mudanças que se processavam e das influências do pensamento antiescravista de outras partes do mundo, em especial, vindas dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Viotti da Costa construiu sua narrativa no equilíbrio entre descrição/interpretação e interpretação/explicação, de modo a ressaltar os inter-relacionamentos econômico, social e político, procurando mostrar como as mudanças nas estruturas econômicas se refletiam na sociedade e reverberavam nas ideias, nas formas de pensar e nas mentalidades.

A historiadora pesquisou em diversas fontes documentais e arquivos públicos. O volume de fontes documentais analisadas foi tamanho, que a banca examinadora a criticou pelo “excesso”. A historiadora reuniu informações extraídas de documentos, a maioria impressos, conservados em arquivos ainda não explorados pelos historiadores, relatos de viajantes que descreviam em minúcias a escravidão, Anais das Assembleias Provinciais e da Câmara, Anais do Senado, Relatórios dos Ministros e Presidentes de Províncias, coleção de leis, manuais dos lavradores, literatura, almanaques, livros de memória etc.

A escravidão e o seu término constituem, até hoje, um problema crucial da sociedade brasileira. O encaminhamento final, a lacônica Lei Áurea, trouxe enormes consequências para a sociedade brasileira: desigualdades sociais, preconceito racial, marginalidade, dificuldade de integração e adaptação dos descendentes dos escravos, baixos níveis educacionais formais etc.

Sem dúvida, a maior influência recebida pela autora veio de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que, no fim dos anos 1950, desenvolviam pesquisas sobre a integração do negro na sociedade brasileira.⁶ A perspectiva dos sociólogos era a da análise do tempo presente (1950-1960), mas eles não se furtaram a imprimir uma orientação histórica, como demonstram as teses desenvolvidas por seus alunos Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni e Paula Beiguelman. Como afirma Viotti da Costa: “Tudo deriva do passado próximo cujo conhecimento é essencial para compreensão dos fenômenos atuais” (Costa, 1966, p. 11).⁷

A autora conclui que a abolição realizada no plano político-parlamentar pelas “categorias dominantes”

[...] não se interessou em resolver o problema do negro, a Abolição significou apenas uma etapa jurídica na emancipação do escravo que a partir de então foi abandonado à sua própria sorte e se viu obrigado a conquistar por si sua emancipação real. [...] O negro marcado pela herança da escravidão, não estando preparado para concorrer no mercado de trabalho e tendo que enfrentar toda sorte de preconceitos, permaneceu marginalizado. (Costa, 1966, p. 466)

1.2 Katia de Queirós Mattoso (1931-2011) e *Ser escravo no Brasil* (1979-1982)

Katia de Queirós Mattoso nasceu em 8 de abril de 1931 na cidade de Volos, Grécia. Seu pai era engenheiro, construtor de pontes e estradas e a família dispunha de recursos materiais e intelectuais. Com a ascensão do nazismo, da Segunda Grande Guerra e com a guerra civil desencadeada na Grécia entre 1946 e 1949, a família sofreu perdas patrimoniais e decidiu se transferir para o Brasil. Naquela época, Mattoso concluía seus

⁶ Florestan Fernandes defendeu em 1964 sua tese de cátedra da Sociologia da FFCL, *A integração do negro à sociedade de classes*. Os estudos de Florestan e Bastide foram os primeiros a questionar o mito da “democracia racial” de Gilberto Freyre. Ver Prefácio à segunda edição republicado em 2010 (Costa, 2010).

⁷ Além da influência dos estudos de sociologia, a tese, no que diz respeito à abordagem das estruturas e das transformações econômicas, foi inspirada em Caio Prado Júnior (1945) e em Celso Furtado (1959). Sobre a visão de escravidão elaborada por Emília, ver: Marquese e Salles (2016) e Marquese (2020).

estudos na universidade de Lausanne (Suíça), onde se formou em Ciências Políticas em 1953. Depois de formada, passou a integrar a representação diplomática grega, como adida cultural, em Berna. Em 1956, em visita à família em São Paulo, conheceu seu futuro marido, Sylvio Queirós Mattoso, engenheiro de minas e geólogo. O casal permaneceu em São Paulo até 1957, quando seu marido foi convidado para ministrar aulas no Curso de Geologia do Petróleo criado pela Petrobras em Salvador (BA) (Mattoso, 1992; Reis; Souza, 2013).

Em Salvador, foi muito bem recebida e cortejada pela elite intelectual. Seu interesse pela história e, em especial, pela cidade na qual passou a viver a levou a ler os historiadores baianos, quando então constatou que a produção historiográfica privilegiava uma “história do acontecimento” – o acontecimento e a descrição do fato em si sem recorrer a indagações metodológicas e teóricas – e carregava nos tons dos elogios. Logo, para a autora, abria-se um caminho a ser explorado por meio da pesquisa e da reflexão sobre a documentação histórica, principalmente manuscrita.

Por conta do seu interesse por história, foi convidada em 1963 para ministrar aulas na recém-criada Universidade Católica de Salvador, onde começou a lecionar História Geral Contemporânea na Faculdade de Letras. A partir daí, passou a exercer sua curiosidade de forma profissional. Mattoso nos relata que foi influenciada pela

[...] produção da historiografia francesa nos trinta anos precedentes, mas tínhamos consciência de que essas contribuições deviam ser apreendidas no que dizia respeito aos aspectos metodológicos e técnicos de pesquisa. Os pontos de partida e a definição de problemáticas não podiam ser os mesmos para os dois países. (Mattoso, 1992, p. 27)

A autora elaborou uma agenda de pesquisa para a cidade de Salvador e adjacências, dado o papel preponderante da cidade portuária na história da Bahia. A agenda partia do cálculo e do reconhecimento da população, do número de pessoas e da distribuição por sexo, idade e cor. Em seguida, examinava a estrutura econômica e as flutuações dos ciclos econômicos, seguindo os passos do economista Rômulo de Almeida, para explicar a estagnação da Bahia. Por fim, era preciso conhecer a organização social. O esquema traçado pela autora assemelha-se à estrutura do livro de Caio

Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo: povoamento, vida material e vida social*.

Nos anos 1970, o acesso às fontes ocorria exclusivamente de forma presencial, o que implicava a dependência de recursos para custear a ida aos arquivos. Além disso, o(a) pesquisador(a) rezava para “todos os santos” para encontrar o arquivo minimamente organizado, dispondo ao menos de um rol ou índice com títulos e datas dos documentos preservados. As fontes impressas normalmente eram de mais fácil acesso, porém a pesquisa aprofundada exigia a consulta às fontes manuscritas e, então, as dificuldades eram ainda maiores, visto que a leitura dependia também da capacidade em decifrar a letra do escrivão.

Depois de consultas a embrulhos e maços de papéis, Mattoso optou por concentrar a pesquisa em séries documentais como os inventários *post mortem*; testamentos, cartas de alforria e listas eleitorais.⁸ A falta de homogeneidade dos documentos e de sequências seriais (cronológicas) completas levou a historiadora a definir um extenso recorte temporal para entender a estagnação da Bahia: “Não se tratava, é claro, de definir limites cronológicos rigorosos: na verdade, o meu ‘século XIX’ retrocedia a 1750 e chegava à década de 1930.” (Mattoso, 1992, p. 28).

Duas séries apresentaram condições para a análise quantitativa: os inventários *post mortem* (1800-1899), que permitiram o estudo sobre as fortunas; e as cartas de alforria (1749-1888), que possibilitaram levantar a que preço os escravos conquistavam a liberdade. Além das informações quantitativas, a leitura e o acompanhamento da vasta documentação trouxeram a compreensão das relações sociais produzidas pelos preconceitos de raça, cor e riqueza. Mattoso pôde assim perceber “os principais traços da mentalidade dos baianos”, impossíveis de serem quantificáveis.

O livro *Ser escravo no Brasil* nasceu de um pedido feito no fim dos anos 1970 por Jean Delumeau para que a historiadora escrevesse uma obra de difusão sobre a escravidão na Bahia, com base na sua imensa pesquisa documental.⁹

⁸ Foram resumidos 3.468 testamentos e 1.115 inventários *post mortem* e transcritos mais de dezesseis mil cartas de alforria. Veja a introdução de Katia à obra *Bahia, século XIX* (Mattoso, 1992).

⁹ Delumeau era professor do Collège de France e editor da coleção *Le temps e les hommes* (Hachette editora). *Être esclave au Brésil* foi publicado em Paris em 1979 e traduzido para o português em 1982 (Reis; Souza, 2013).

A originalidade da obra encontra-se, principalmente, nas partes referentes à escravidão em Salvador, nas quais a autora expõe todo o seu conhecimento sobre o tema, fruto dos anos de dedicação à pesquisa nos arquivos baianos. O livro é dividido em três partes: 1) “Ser vendido como escravo”; 2) “Ser escravo”; e, 3) “Deixar de ser escravo”. Acompanha a transformação do africano em escravo no Brasil (rural e urbano), e a volta à condição de livre, de liberto. O que significou a alforria para o liberto depois de ter sido apartado da África, de sua família, de seus companheiros e de sua aldeia e de ser transformado em escravo, obrigado a se adaptar pelo seu senhor à “humildade, obediência e fidelidade” sob a incessante ameaça de violência?

Um tema que a autora enfatizou foi a solidariedade construída com o passar do tempo na senzala, no ritmo das tarefas nas lavouras, nos quilombos, nas fugas, nos cantos e nas ruas da cidade de Salvador. Além disso, identificou uma complexidade de relações sociais e econômicas entre senhores e escravos; entre escravos africanos e crioulos (nascidos no Brasil); entre liberto africano e liberto crioulo nas fazendas e na cidade. Descortinou também as maiores dificuldades de integração do liberto africano, quando comparado com o crioulo, e as maiores dificuldades de ambos para se integrarem em cidades que receberam maior contingente de imigrantes europeus, como São Paulo.

A autora não inaugurou os estudos sobre a escravidão com base na análise de fontes primárias manuscritas e em fontes secundárias impressas. Outras historiadoras já haviam feito isso, como Emília Viotti da Costa (1966), também analisada nesse artigo, Suely Robles Reis de Queiroz e Ismênia de Lima Martins.¹⁰ Mattoso ampliou, ou melhor, diversificou a temática e inovou na abordagem das alforrias, antes pouco exploradas.¹¹

A historiadora combinou a discussão sobre a formação do preço do escravo com as médias de preços de venda em leilões e as médias dos preços encontradas nas cartas de alforria. Constatou a diferença elevada do preço do escravo em relação ao da escrava, embora dois terços dos alforriados fossem mulheres e 66% a 75% tivessem sido alforriados(as) a título

¹⁰ Para a trajetória e memórias de Suely Robles Reis de Queiroz e Ismênia de Lima Martins, ver Tessari e Ribeiro (2023).

¹¹ Na época da publicação de seu livro, estudos sobre a alforria haviam sido feitos apenas para Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Parati (RJ).

oneroso ou sob restrições. “A carta de alforria é um ato comercial, raramente um gesto de generosidade” (Mattoso, 1982, p. 186). Acompanhou a evolução dos preços dos escravos (adultos e sãos) de 1750 a 1888, coletados nos inventários, comparando-os com as flutuações do preço do açúcar coligido nas contas do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Salvador.

Comprado, feito mercadoria, vendido feito escravo, mandado, o escravo soube preservar uma “parcela de autonomia” – “humor, ternura, sonho” – por ser antes de tudo humano, não uma “coisa” como queria a sociedade escravista. Sobrevivência estrategicamente negociada para conquistar a autonomia econômica, cultural e social. Disso resulta que o escravo não é encarado pela autora como passivo, mas atuante dentro das condições que encontra, para deixar de ser escravo.

2. Mercado interno e abastecimento: inovações historiográficas de Mafalda Zemella, Maria Yedda Linhares e Cecília Westphalen

A historiografia econômica brasileira tradicional, consolidada até meados do século XX, privilegiou majoritariamente os ciclos agroexportadores como vetores exclusivos do dinamismo nacional. Contudo, a emergência de uma produção científica feminina, pautada pelo rigor monográfico e pelo levantamento exaustivo de fontes primárias, contribuiu para uma ruptura epistemológica ao investigar a complexidade das dinâmicas internas de produção e de consumo no Brasil. As obras de Mafalda Zemella, Maria Yedda Linhares e Cecília Westphalen são exemplares nesse processo, deslocando o olhar acadêmico da “Casa-grande” e das *plantations* para o estudo dos fluxos de abastecimento, da integração regional e da subsistência. Influenciadas pela Escola dos *Annales*, essas autoras substituíram a compilação descritiva por análises seriais e quantitativas, revelando um Brasil cujas engrenagens econômicas dependiam de redes de comércio e transporte muito mais sofisticadas do que a historiografia econômica da época supunha.¹²

¹² Infelizmente, tivemos de excluir deste tópico mulheres merecedoras de o integrarem. Myriam Ellis escreveu dois importantes trabalhos, um sobre o monopólio de sal (Ellis, 1955) e outro sobre a pesca da baleia e a manufatura do óleo, produtos essenciais para o cotidiano e a economia interna da colônia (Ellis, 1966). Maria Thereza Schorer Petrone escreveu sobre o comércio de muare e

2.1 Mafalda Zemella (1920-1991) e *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII* (1951)

Mafalda Zemella nasceu na cidade de São Paulo, em 22 de junho de 1920. Seu pai, Carlos Zemella, era italiano, e sua mãe, Lúcia Zemella, brasileira.¹³ Mafalda ingressou no curso de Geografia e História em 1939, bacharelou-se em 1942 e licenciou-se em 1943. A convite do catedrático de História da Civilização Brasileira, Alfredo Ellis Jr., passou a lecionar como primeira assistente em 1947, permanecendo até 1952, quando pediu demissão.

Nesse período, Zemella desenvolveu sua tese de doutorado, *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais, no século XVIII*,¹⁴ tendo como orientador Alfredo Ellis Jr. e defendida em março de 1951. É importante destacar o caráter inédito da tese. Mafalda debruçou-se sobre um assunto que, na época, fins da década de 1940, era ainda pouquíssimo estudado e sem uma historiografia consolidada. Até então, a maioria dos estudos tomava para a reflexão os principais produtos exportadores agrícolas, aqueles que conferiam dinamismo à economia colonial e imperial. Assim, a tese se reveste de pioneirismo. Pela primeira vez houve uma preocupação em estudar a questão do mercado interno e do abastecimento da economia mineradora de forma rigorosa e não somente por meio da compilação descritiva. Além de o tema ser pioneiro, o tratamento baseou-se no árduo trabalho de pesquisa em arquivos de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Portugal.

Na introdução da sua tese publicada em 1990, Zemella reconhece que o “primeiro historiador a equacionar o problema do abastecimento das Gerais” foi Alfredo Ellis Jr. (Zemella, 1990, p. 30). Entretanto, esse fato não tira a originalidade de seu trabalho, pois o orientador não havia

bovinos e a arrecadação de impostos sobre gado no período imperial com base nos registros contábeis de um grande comerciante, Antonio da Silva Prado (Petrone, 1960; 1969 1976) Sandra Jatthy Pesavento, nos fins da década de 1970, escreveu sobre as charqueadas, os frigoríficos e os criadores nos marcos da República Velha no Rio Grande do Sul (Pesavento, 1980). Por fim, também mantivemos de fora deste artigo o tema do nascimento da indústria, que poderia estar aqui contemplado com o clássico trabalho de Nícia Vilela Luz (1975). Para a apreciação dos trabalhos de Ellis, Petrone e Luz, ver Ribeiro (1999; 2017a). Sobre Pesavento, ver Santos e Fraga (2020).

¹³ As notas biográficas e os comentários sobre o estudo de Mafalda Zemella foram extraídos de Ribeiro, (1999; 2017a).

¹⁴ Publicada no *Boletim* n. 118, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, da Cadeira História da Civilização Brasileira, n. 12, São Paulo, 1951.

realizado pesquisa em fontes documentais primárias manuscritas e impressas inéditas, apenas compilado o que era mais ou menos conhecido na época.

A autora foi uma desbravadora de fontes, pois nunca antes havia sido estudado o tema do abastecimento dos núcleos populacionais ligados à mineração. Ela se valeu de fontes primárias manuscritas: Códice Costa Matoso¹⁵ (que compreende a coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América, feita pelo Dr. Caetano da Costa Matoso, ouvidor-geral do Ouro Preto, 1749); e Coleção dos Governadores-Gerais do Rio de Janeiro e outros manuscritos. Como fontes impressas, Zemella reuniu uma coleção de obras expressivas, a se destacar Antonil (João Antonio Andreoni, 1711), diversos anônimos, correspondências entre autoridades, documentos oficiais das câmaras de Pitangui, Sabará, Vila Rica, São José del Rei e São João del Rei, documentos da Casa dos Contos, mapas etc.

A historiadora inicia com a descoberta do ouro nos fins do século XVII, quando teve começo o fluxo constante da população para as minas e o surgimento dos arraiais, das vilas e das cidades. Preocupada apenas com a busca do metal precioso, a população das Minas Gerais descuidou-se do fornecimento de alimentos e de diferentes bens de consumo, o que resultou em sucessivas e agudas crises de fome e de encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. Assim, as crises de abastecimento marcaram os primeiros anos da exploração aurífera, até a montagem de uma rede de fornecedores espalhados pelas mais diversas capitanias e inclusive internamente à região mineira. Essa rede envolveu a construção de vias de comunicação, caminhos de terras que ligavam o mercado das minas aos fornecedores de gêneros, de escravos, de ferramentas; e a criação de um novo meio de transporte, baseado no mar e nos condutores de tropas, o tropeiro. Uma rede de fornecedores foi integrada, incluindo a longínqua capitania do Rio Grande do Sul, de onde chegavam os muares. Os currais do sertão baiano forneciam gado; os portos de Salvador e do Rio de Janeiro abasteciam com escravos vindos da África; o porto do Rio de Janeiro providenciava as mercadorias de luxo para atender a demanda das pessoas de “alto poder aquisitivo”.

¹⁵ Hoje disponível on-line em: <https://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/ver Documento>.

De forma dinâmica, as regiões fornecedoras de carne, ferro, escravos, cachaça e tabaco absorveram o impulso do crescimento e seus negócios prosperaram. Em consequência, diversificaram-se as formas de pagamento das transações e o sistema de crédito foi incrementado para azeitar a circulação de mercadorias. A elite, composta por funcionários da coroa, por eclesiásticos e por indivíduos enriquecidos na mineração ou no comércio, demandava mercadorias de luxo: obras de arte, artigos de consumo de alto padrão, construção de igrejas e de casas de moradas suntuosas etc.

A dinâmica do mercado interno era instável, segundo Zemella, pois dependia de alguns fatores: número de consumidores; consolidação de correntes de abastecimento; produtividade das minas; e instalação de núcleos de produção de alimentos na própria região.

A partir de 1766, quando teve início o processo de decadência das minas, a população passou a se transferir para outras atividades – agricultura, pecuária, manufaturas –, permitindo que a Capitania de Minas Gerais, de importadora de gêneros, passasse a exportadora de alimentos e bens de consumo para a Corte.

Ao tomar o abastecimento das minas como objeto central, a tese clareou uma questão que se escondia por detrás da economia agroexportadora colonial ou do comércio externo: a dinâmica e o movimento da economia voltada para abastecer o mercado interno.

O comércio interno surge, conectando regiões remotas ao centro impulsionado pela mineração (Zemella, 1990). Cresceram também as importações de escravos e as trocas com a África. Para viabilizar o tráfico de escravos, foi necessário aumentar a produção interna de aguardente e tabaco, mercadorias usadas no escambo. Em 1763, a cidade do Rio de Janeiro, graças aos ganhos auferidos com o incremento do comércio, tornou-se a capital da colônia portuguesa da América, ocupando o lugar que fora até então de Salvador (BA). O livro mostra a transformação em curso na colônia portuguesa da América com o afloramento do comércio interno como um elemento transformador da estrutura social e econômica da colônia.

Podemos afirmar sem medo de errar que a autora recebeu influências dos professores da missão francesa, responsáveis pela instalação do curso de Geografia e História da USP, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Jean Gagé, Émile Guillaume Léonard, Roger Bastide (Sociologia) e outros aos

quais ela agradece (Zemella, 1990). As concepções dos *Annales* está presente na estrutura, no desenvolvimento das interpretações e nas leituras críticas das fontes documentais.

2.1 Maria Yedda Leite Linhares (1921- 2011) e a *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918) (1977/1979)*

Maria Yedda Leite Linhares nasceu em Fortaleza em 3 de novembro de 1921. Seu pai descendia de imigrantes portugueses de origem simples e sua mãe de uma família tradicional do Rio Grande do Norte. Com a crise de 1929, seu pai, corretor no comércio de exportação em Fortaleza, sofreu um baque nos negócios. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde Maria Yedda começou sua formação educacional e diplomou-se na Escola Normal (Moraes; Rego, 2002; Silva, 2011). Maria Yedda ministrou aulas no ensino médio antes de ingressar na Universidade do Distrito Federal (UDF, 1935-1939), para cursar a graduação em História em 1939. Sua passagem pela UDF, universidade criada por Anísio Teixeira (1900-1971), foi rápida, pois obteve uma bolsa do Institute of International Education em Nova York e no mesmo ano a UDF foi fechada. No retorno dos Estados Unidos, ingressou no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi – Universidade do Brasil), onde se formou em 1944. Dois anos depois, começou a lecionar na cadeira de História Moderna e Contemporânea a convite do professor Carlos Delgado de Carvalho. Em 1957, tornou-se a primeira mulher a ocupar uma cátedra na FNFfi. Exerceu a docência de 1946 a 1969, quando foi aposentada compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5 (AI 5).

Impedida de exercer a docência e perseguida, foi presa por três vezes, constando de acusações em 11 Inquéritos Policiais Militares. Decidiu se exilar, após Braudel enviar dois telegramas ao general-presidente, Costa e Silva, pedindo sua libertação para assumir a docência na universidade francesa. Foi então nomeada pelo governo francês para lecionar História Moderna e do Brasil na Universidade de Toulouse-Le Mirail. Retornou ao Brasil em 1976, antes da anistia, e engajou-se no projeto de História Agrária, na Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ). Um dos desdobramentos do projeto foi a criação do Centro de Pós-Graduação em Desenvol-

vimento Agrícola (CPDA),¹⁶ que visava qualificar os quadros técnicos do ministério e das secretarias estaduais de agricultura. Outro desdobramento foi tornar a História Agrária uma linha de pesquisa na recém-criada Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Somente com a anistia (1979) Maria Yedda reouve seu posto de professora catedrática, então como titular (1980), na antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A trajetória acadêmica tumultuada não impediu Linhares de deixar contribuições relevantes para a história da agricultura no Brasil (Linhares; Silva, 1980) e para a história do abastecimento.

História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918) divide-se em dois volumes: o primeiro aborda o período de 1530 a 1918; e o segundo, de 1918 a 1974, escrito em parceria com Francisco Carlos Teixeira da Silva. Neste artigo, analisaremos apenas o primeiro volume, o qual abarca período comum ao estudado por Mafalda Zemella.

A história do abastecimento de Linhares abrange quase quatro séculos em quatro partes: a primeira trata da limitação do mercado interno – colônia e metrópole –; a segunda, da administração colonial e os seus impasses; a terceira, das crises coloniais e a sua dinâmica; por fim, a última, da colônia à sociedade nacional.

A intenção era focar na produção de alimentos e de produtos destinados ao mercado interno, deixando de fora a produção para a exportação (nas palavras da autora “longe da *plantation*, da Casa Grande, da cana e do café”). Voltava-se para a mandioca e o milho (Moraes; Rego, 2002). A autora parte da premissa de que a produção agrícola de alimentos sempre foi subordinada aos interesses dominantes da grande lavoura exportadora, o que levou a não se ter uma história da agricultura direcionada para o abastecimento das cidades. Propôs-se, então, a estudar a agricultura de alimentos para o mercado interno, as vias de transporte utilizadas, a renda gerada, o consumo urbano, além de examinar outros elementos, tais como hábitos alimentares, tipos e técnicas de cultivo etc. A empreitada era imensa, pois se tornava quase impossível ter uma abordagem para todo o território, o que fez Maria Yedda focar o abastecimento das cidades mais importantes, portos e centros administrativos populosos.

¹⁶ Convênio entre a FGV-RJ e a Secretaria do Planejamento (SECPLAN) do Ministério da Agricultura (Fragoso, 2023).

Alguns temas merecem destaque, como a penúria em meio à grandeza ou à exuberância da natureza. A partir desses temas, a autora aproveitou para fazer uma síntese dos tratados dos cronistas sobre os três primeiros séculos de colonização (Gabriel Soares de Souza, Ambrósio Fernandes Brandão, Antonil, e inclusive os holandeses) e dos textos dos principais pensadores e historiadores do Brasil, como Varnhagen, Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Simonsen, entre outros. Nessa parte, também faz uma revisão da bibliografia sobre as coisas produzidas e comercializadas para o consumo interno. A autora coteja a pecuária do sertão nordestino e as “drogas do sertão” nortista.

O ponto nevrálgico da questão do abastecimento reaparece no final do século XVII com a descoberta do ouro e a grande migração de portugueses, impulsionando o crescimento da população. Linhares faz uma nova síntese da produção historiográfica sobre a mineração e os caminhos para o comércio de abastecimento. Na época, o Rio de Janeiro tornava-se o principal fornecedor de alimentos e de bens necessários às atividades mineradoras, estimulando a mudança da sede da colônia de Salvador para aquela cidade. Havia uma articulação de uma vasta rede de abastecimento, como Furtado mencionou, para canalizar a produção das mais diversas regiões para as Minas Gerais. Do Maranhão ao Rio Grande do Sul, quase toda a colônia se mobilizou para abastecer a economia da mineração do ouro. No tópico “os mercados abastecedores das Gerais”, é Mafalda Zemella que fornece os dados estatísticos e os documentos manuscritos para a historiadora (Linhares, 1979, p. 63).

Quando a produção aurífera escasseou e a decadência abateu a região, a organização de uma base produtora e comercial de alimentos e de bens de consumo artesanais e manufaturados já estava presente e em pleno funcionamento, segundo Zemella. Isso levou Maria Yedda a questionar um ponto que, para ela, parecia obscuro: a visão dominante entre os historiadores e os economistas sobre a economia de Minas Gerais, de “uma decadência inexorável e monolítica sem atentar para as infinitas diversificações locais” (Linhares, 1979, p. 61). Conclui que “faltam muitos estudos de casos, com uma concomitante reorientação da busca de fontes, de modo a melhor aprofundar os conhecimentos sobre a demografia, sobre os produtos (sobretudo os produtos ‘plebeus’)” (Linhares, 1979, p.62-63). Como Zemella já havia anunciado em 1951, Linhares afirmaria que, após

a crise da mineração aurífera, Minas Gerais diversificou sua economia para produzir alimentos e matérias-primas destinadas ao abastecimento do mercado interno.¹⁷

Nas partes II e III, Linhares estuda a administração colonial, mostra as dificuldades de implantar a legislação e as atribuições das câmaras municipais. O texto prende-se ao período colonial.

Na última parte, o foco volta-se para a cidade do Rio de Janeiro no século XIX, a vinda da família real e o consequente rompimento do estatuto colonial em 1808. Invertem-se as posições, e o Rio de Janeiro tornou-se, então, o centro para onde convergia a produção de diversas regiões, do Oiapoque ao Chuí, por uma imposição do crescimento exponencial da populacional da cidade-sede de todo o império português. A decadência da mineração do ouro não se espalhou para as regiões de Minas Gerais, a própria diversificação nascida da produção mineira transformaria a província em uma das principais regiões abastecedora da cidade-sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, do Império e, depois, da República. A dinâmica do abastecimento sempre esteve condicionada pela concentração da população, pela capacidade de produção de alimentos e matérias-primas, pelos meios de comunicação e de transportes, pela infraestrutura portuária e pela estrutura de comercialização, mercados, matadouros, feiras livres etc. A necessidade de articulação de tantos elementos levou a uma ausência da política pública de abastecimento, capaz de conciliar os diversos interesses envolvidos. Essa é uma das razões que Maria Yedda nos aponta para que, somente durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918), devido à carestia dos bens de primeira necessidade, à deflagração da primeira greve geral de 1917 e à pandemia de influenza, “gripe espanhola”, o governo federal tenha dado os primeiros passos para instituir uma política pública de abastecimento, com a criação do Comissariado de Alimentação Pública.

¹⁷ Provavelmente a tese de Zemella influenciou a tese de Roberto B. Martins: *Growing in Silence: the Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brasil*, defendida na Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos, em 1980. Publicada em português pela ABPHE com o título *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravagista de Minas Gerais no século XIX* (Belo Horizonte: ICAM-ABPHE, 2018).

2.3 Cecília Maria Westphalen (1927-2004) e *Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá (1969)*

Cecília Maria Westphalen nasceu em Lapa, Paraná, filha de Pylades Westphalen e Palmira de Souza Westphalen. Seu pai descendia de alemães e exercia a profissão de farmacêutico. Após terminar o curso primário na Lapa, Westphalen mudou-se com a família para Curitiba, onde se diplomou no ginásio e na Escola Normal no Instituto de Educação do Paraná em 1946. Em 1950, formou-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na mesma instituição, graduou-se em Direito em 1952. Iniciou sua carreira profissional, lecionando no ensino secundário no Colégio Estadual do Paraná (1951-1957). Em 1957, tornou-se professora catedrática de História Moderna e Contemporânea na UFPR.¹⁸ Entre 1958 e 1960, cursou a pós-graduação na Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia, Alemanha Oriental, e na 6ª Session l'École Pratique des Hautes Études, em Paris, especializando-se em História Moderna e História Contemporânea.¹⁹ Em 1972, Westphalen participou do grupo que criou o programa de pós-graduação no Departamento de História da UFPR, o qual formou várias gerações.

Westphalen faz parte das historiadoras que estudaram o abastecimento em uma região periférica, a 5ª Comarca Província de São Paulo, depois desmembrada para formar a Província do Paraná, em 1853. Cecília abandonou os temas europeus como foco de pesquisa, voltando-se para os estudos regionais paranaenses, com base em fontes documentais e quantitativas, após sua estadia na França, quando estabeleceu os primeiros contatos com alguns dos professores da escola dos *Annales*: Fernand Braudel, Frédéric Mauro, Jean Meuvret, Michel Mollat, Pierre Chaunu e Ruggiero Romano (Machado, 2016, em especial o capítulo 2).

O programa de pesquisa sobre história econômica e social do Paraná foi iniciado em 1960, por sugestão de Braudel, e inspirado na nova história econômica e social²⁰ e nos métodos de quantificação, no uso da

¹⁸ Para concorrer à cátedra de História Moderna e Contemporânea, defendeu tese sobre Carlos V (1500-1558) e seu império universal.

¹⁹ As notas biográficas foram extraídas da entrevista concedida pela historiadora a José Wille em dezembro de 1997 (Westphalen, 2022) e de Machado (2016; 2017).

²⁰ Cecília cita como inspiradores os trabalhos de Huchette e Pierre Chaunu, *Atlântico ibero-ameri-*

semiologia gráfica e da crítica às fontes documentais manuscritas e impressas. Os primeiros resultados de sua investigação constam do texto “Navios e mercadorias no Porto do Paranaguá”, apresentado no V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), de 1969. A questão inicial de Cecília era responder à pergunta: até que ponto o movimento do pequeno porto do litoral do sul do país pode refletir a instabilidade do desenvolvimento capitalista da civilização ocidental? (Westphalen, 1969). Na indagação está explícita a preocupação em conectar a história econômica local com a economia mundial, em especial, com o “desenvolvimento capitalista da civilização ocidental”. Independentemente dessa preocupação ou da teoria dos ciclos econômicos, que a historiadora se propôs aplicar à economia paranaense, o que se pode dizer é que o desencadeamento do estudo do movimento de navios e de mercadorias do porto de Paranaguá acaba por nos mostrar a rede de abastecimento que envolveu a recém-criada província entre 1853 e 1862.

No início do século XIX, diz a pesquisadora, o porto de Paranaguá recebia navios e mercadorias de outros portos brasileiros, principalmente do Rio de Janeiro, que traziam produtos importados estrangeiros e nacionais para serem distribuídos, comercializados e consumidos pela população da 5ª Comarca: fazendas, algodão, sal, açúcar e ferragens. Na volta, os navios eram recarregados de farinha de mandioca para o abastecimento da Colônia do Sacramento e das expedições militares do Sul. A abertura dos portos, em 1808, permitiu a abertura do porto de Paranaguá à comercialização direta com os portos do Rio da Prata, Montevideu e Buenos Aires; mais tarde, também com o Pacífico, com o porto do Chile. A partir de 1820, a erva-mate, de produto “plebeu”, ascendeu à aristocracia no comércio com a região do Rio da Prata, em função das restrições à importação da erva paraguaia de melhor qualidade e a mais valorizada no mercado. O vácuo criado no mercado beneficiou a erva-mate paranaense, levando seus produtores a introduzirem melhorias técnicas no beneficiamento, na fabricação e no acondicionamento, baseadas naquelas praticadas pelas ervateiras paraguaias e platinas. Em consequência, no litoral do Paraná, foram estabelecidos os primeiros “engenhos de soque”, iniciando-se, pois, o aproveitamento industrial da erva, o beneficiamento pré-

cano: *Séville et l'Atlantique de 1504 à 1650*, e de Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570/1670)* (Westphalen, 1997).

-primário e sua efetiva comercialização externa. Novos melhoramentos no beneficiamento foram introduzidos pelos proprietários dos engenhos com o soque hidráulico.

Assim, a exportação de erva-mate tornou-se a base dos negócios da Comarca, tendo ela atingido 70% do total das exportações paranaenses. O porto de Paranaguá transformou-se no empório da Comarca: não só exportava erva-mate – vinda das terras do planalto e beneficiada em engenhos do litoral – e outros produtos como arroz, madeiras, farinha de mandioca, como também importava fazendas secas e molhadas para consumo próprio e das vilas do interior. A navegação era ainda inteiramente à vela; somente em 1839 entrou no porto o primeiro barco a vapor.

A pesquisa aprofundou o estudo sobre o movimento geral do porto, analisando as entradas e saídas de embarcações e as mercadorias importadas e exportadas (Westphalen, 1998). A navegação de longo curso ganhou destaque na análise da historiadora em função da participação do capital mercantil inglês e estadunidense no comércio do Brasil com o Prata e com o Chile, uma vez que as embarcações brasileiras de comerciantes nacionais tinham uma participação menor. Nas embarcações nacionais, havia uma tripulação composta por muitos escravos, negros e mulatos de propriedade do mestre ou do proprietário da embarcação.

De 1853 a 1862, as rendas de exportação foram superiores às de importação, e o comércio marítimo tornou-se a principal fonte de renda da província do Paraná, representando mais de 50% da sua renda total. Em termos do valor das exportações totais do Império no período de 1851 a 1860, a exportação da erva-mate representava menos de 2%. O Paraná era o seu grande produtor e exportador não tendo concorrentes nacionais. Por sua vez, o abastecimento de carne seca, sal, couro e farinha de trigo era feito por comerciantes de Montevideú e Buenos Aires. Por via da navegação de cabotagem, as casas comerciais do Rio de Janeiro forneciam fazendas, chapéus, ferragens e bens de consumo e de produção europeus e estadunidenses.

Assim, o estudo reconstruiu a rede de abastecimento da recém-criada província, tendo como núcleo o porto de Paranaguá beneficiado pela mudança na pauta de exportação com a entrada da erva-mate. A rede desenhava um comércio triangular, cujos vértices eram ocupados pelo porto do Rio de Janeiro e pelos portos do Rio da Prata e de Paranaguá,

para onde convergia a produção das vilas do interior e para onde eram destinados os produtos necessários básicos para a vida da população. À medida que a sociedade paranaense elevava seu nível de renda, a pauta de produtos importados estrangeiros se sofisticava com a participação de bens de consumo de luxo como cadeiras austríacas, louça italiana etc., demandados por comerciantes, exportadores de erva-mate e madeiras e pecuaristas.

3. Dinâmicas de preços e padrão de vida: história quantitativa por Eulália Lobo e Katia Mattoso

A análise dos preços e do padrão de vida das populações urbanas representa uma das vertentes mais sofisticadas da historiografia econômica brasileira, exigindo um rigor metodológico que transcende a mera narrativa descritiva. Poucos historiadores econômicos se dedicaram ao estudo dos preços e do padrão de vida da população urbana. Dentre os que tomaram esse tema de investigação, destacam-se duas importantes mulheres: Eulália Lobo e Katia Mattoso.

A inspiração para seus estudos pode ser creditada à escola dos *Annales* e se manifesta de forma incontestável na participação dessas historiadoras no colóquio internacional *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*, do Centre National de La Recherche Scientifique (CNRS), organizado por Frédéric Mauro, da Université du Paris X, no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Université Paris III, em 1971.²¹ Pierre Monbeig, diretor do CNRS e do IHEAL fez o discurso inaugural, exaltando a história quantitativa como um aspecto pioneiro da história econômica do Brasil.²²

No colóquio, Lobo e Mattoso apresentaram estudos baseados em um amplo levantamento de fontes primárias, seriais e quantitativas de preços.²³ Ambas romperam com as sínteses baseadas em fontes secundárias: sistematizaram um vasto e inédito *corpus* de documentação primária

²¹ Uma excelente análise do colóquio está em Machado (2016). Ver também Abreu (1973).

²² Como convidado especial do colóquio estava Celso Furtado, então professor da Sorbonne, que apresentou o trabalho “Análise econômica e história quantitativa”.

²³ Também apresentaram trabalhos sobre preços no colóquio: Harold B. Johnson (1931-2013), *Moeda e preços no Rio de Janeiro 1760-1820*, e Gadiel Perruci (1938-2021), *Os preços no Recife (1890-1940)*.

e serial, estabelecendo as bases para o estudo científico das flutuações econômicas e da transição para o capitalismo no Brasil.

Lobo, em sua investigação sobre a cidade do Rio de Janeiro entre 1820 e 1930, inovou ao reconstruir a evolução do custo de vida a partir dos registros de despesas de instituições como a Santa Casa de Misericórdia e de anúncios oficiais do *Jornal do Comércio*. Ao selecionar treze produtos fundamentais, entre gêneros alimentícios e bens de consumo, a historiadora demonstrou que a formação de preços na capital não era apenas um reflexo de variáveis externas, mas o resultado da atuação de grupos de comerciantes locais que exerciam controle sobre o mercado e o sistema de crédito. Sua obra permitiu caracterizar a natureza da sociedade carioca em um período de profunda monetização e mudança estrutural, elevando o debate sobre o padrão de vida ao utilizar-se de análise quantitativa rigorosa.

Paralelamente, Katia de Queirós Mattoso debruçou-se sobre a economia da Bahia no longo período entre 1750 e 1930, utilizando a série estatística de preços como uma ferramenta para compreender o fenômeno da estagnação econômica regional. Por meio do escrutínio dos livros de contabilidade da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, Mattoso identificou ciclos de ascensão e depressão intimamente ligados às oscilações do mercado internacional, demonstrando como a queda nos preços das exportações tradicionais, como o açúcar, e a incapacidade de resposta da economia local comprometiam de forma duradoura o desenvolvimento econômico da região.

3.1 Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011) e *Evolução dos preços e do custo de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930* (1971)

Eulália Maria Lahmeyer Lobo nasceu no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho de 1924, filha de Antônio Dias Leite e Georgette Furquim Lahmeyer Leite. Pelo lado materno, descendia de família tradicional cafeeira, os Teixeira Leite, de Vassouras, e pelo paterno de portugueses. Seu pai, de nacionalidade portuguesa, veio para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar no comércio. Em pouco tempo, ascendeu e amealhou fortuna no comércio, a princípio varejista e, em seguida, atacadista de tecidos e de moda (Lobo, 1992; Ribeiro, 1999; 2017c).

Curso o ginásio no Colégio Jacobina, um dos mais conceituados do Rio de Janeiro. Foi no ginásio que tomou gosto pela história, influenciada pelas aulas do professor Américo Jacobina Lacombe. Ao terminar o ginásio, em 1941, ingressou no curso de História e Geografia da Faculdade de Nacional de Filosofia (FNFi – Universidade do Brasil). Na universidade, a maior influência veio da leitura de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, pela ruptura na visão da história baseada na exaltação dos personagens e dos acontecimentos e pela nova perspectiva interpretativa do processo histórico, em que o econômico, o cultural e o social se combinavam (Lobo, 1992). Eulália completou sua formação nos Estados Unidos, nas Universidades de Columbia e North Carolina. Doutorou-se em 1952 com a tese sobre a administração colonial luso-espanhola nas Américas, que a credenciou a ocupar o cargo de professora auxiliar de ensino na cadeira História da América da FNFi da Universidade do Brasil, em que permaneceu de 1952 até 1969. Em 1967, foi aprovada no concurso para cátedra de História da América, com a tese *Aspectos da atuação dos consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica na evolução econômica do século XVIII*, na qual tratava do surgimento de comerciantes locais na América espanhola (Lima e México), sua evolução econômica e seu poder político no processo de independência.

Em 1969, como Emília Viotti da Costa e Maria Yedda Linhares, Lobo foi aposentada compulsoriamente da Universidade do Brasil. Como Linhares e mais de 40 colegas, Eulália Lobo foi denunciada e delatada por colega da universidade, o catedrático de História Medieval, Eremildo Luiz Vianna. Imediatamente, perdeu seu cargo de professora catedrática e seu cargo de professora de História do Colégio D. Pedro II, o qual exercia desde 1957. Após o expurgo da universidade, Lobo recebeu o convite para lecionar História da América Latina e História do Brasil, como professora visitante, na University of South Carolina, nos Estados Unidos. Durante nove anos, nos outonos norte-americanos, deslocava-se para ministrar seus cursos e ali permanecia por seis meses.

O desenvolvimento de um novo projeto, no qual a historiadora se propunha a traçar a evolução dos preços dos gêneros alimentícios no Rio de Janeiro desde a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, até 1930, foi resultado do financiamento concedido pela Fundação Ford entre 1970 e 1973. No colóquio realizado em Paris, Lobo apresentou sua investigação,

a qual seria publicada com os resultados preliminares em 1971. À evolução dos preços, Lobo acrescentou o estudo do padrão de vida, os salários de algumas categorias profissionais e o custo da alimentação na cidade do Rio de Janeiro para o período de 1820 a 1930 (Lobo et al., 1971). O propósito da autora era caracterizar, ao mesmo tempo, a natureza da economia e da sociedade do Rio de Janeiro, por meio da análise dos preços, e a passagem de uma economia colonial para capitalista. Selecionou 13 produtos, sendo 11 alimentares e 2 bens de consumo – óleo para iluminação e panos de algodão. A série de preços foi montada com base nos registros de preços das despesas realizadas pela Santa Casa de Misericórdia, pela Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e pelos anúncios de preços oficiais máximos publicados no *Jornal do Comércio*. Comparou seus resultados com os estudos de Harold Johnson, Ruggiero Romano e Ernest Labrousse e chegou à conclusão de que, na formação de preços, atuavam grupos de comerciantes que exerciam controle do comércio no Rio de Janeiro, formando uma comunidade de interesse distinta da dos grandes proprietários fundiários; e de que a evolução dos preços acompanhou a crescente e gradual monetização da economia e a expansão do sistema de crédito. A historiadora não prosseguiu seus estudos sobre preços exclusivamente. As novas pesquisas mostraram ser um desdobramento daquele estudo de 1971, abordando temas mais abrangentes, mas com o foco na história do Rio de Janeiro: o capital comercial, o capital financeiro, o mundo do trabalho e as condições de vida dos operários.

3.2 Katia de Queirós Mattoso (1931-2011) e *Os preços na Bahia de 1750 a 1930*

Como mencionamos, a contribuição de Katia Mattoso ao estudo das flutuações dos preços na Bahia foi apresentada pela primeira vez no colóquio de *L'histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930* (Mattoso, 1973). A constatação de que a Bahia, que havia sido o “esteio da economia colonial na época do domínio português”, perdera essa posição e viveu um século e meio de estagnação (1821-1960)²⁴ foi o motivo que levou a historiadora a realizar um estudo retrospectivo da economia baiana com

²⁴ Segundo a historiadora, foi somente a partir dos anos de 1960 que começou uma lenta recuperação da economia baiana (Mattoso, 1973).

base na construção de uma série estatística de preços. O que a historiadora nos diz é que o seu estudo objetivava criar um instrumento ou uma ferramenta de auxílio à reflexão da questão maior do desenvolvimento e da estagnação econômica.

Ela divide sua apresentação em três momentos: a indicação das fontes e dos métodos empregados; a apresentação dos componentes da série cronológica; e, por fim, a comparação das flutuações encontradas com os principais acontecimentos da história baiana entre 1750 e 1930.

Os livros de receitas e despesas e os maços de despesas da Santa Casa de Misericórdia de Salvador foram os escolhidos por apresentarem seriação e continuidade na contabilidade da instituição. A historiadora privilegiou documentação regular, ou seja, sempre a mesma fonte, para poder quantificar de forma uniforme. Nos dez anos de 1832 a 1842, foi verificada a falta dos livros. A qualidade da pesquisa empreendida por Mattoso assenta-se na utilização de uma única fonte documental para construir a base de dados, dessa forma garantiu uma maior consistência e uma uniformidade da informação, em que pese o longo período de análise.

A cronologia foi escolhida em função da disponibilidade da fonte e de o último ano coincidir com o fim da Velha República e com a crise mundial, cujo reflexo se fez sentir nas exportações de café brasileiro. Os produtos selecionados seguiam uma série de exigências, denotando o rigor metodológico de historiadora: seriação anual; preço em moeda corrente da época; unidades de peso e de medida homogêneas. A escolha recaiu sobre produtos que, nos 180 anos cobertos pela série, continuassem a ter participação no consumo popular e a ter produção e consumo locais; e de produtos de exportação para países estrangeiros e produtos de importação.

Foram selecionados 14 produtos: arroz, farinha de mandioca, farinha do reino (de trigo), feijão, carne verde (de boi), carne de sertão (charque), galinha, bacalhau, azeite doce (de oliva), azeite de peixe, toucinho, açúcar, vinagre e sal. Ainda para o início do século XIX, a historiadora acrescentou manteiga, chá preto, café e substituiu o óleo de peixe por óleo de mamona para iluminação. Mattoso reduziu a análise a cinco produtos mais representativos do consumo popular: açúcar, café, azeite de oliva, farinha de mandioca e carne verde.

As oscilações de alta e baixa de preços desenhadas por esses cinco produtos permitiram à historiadora caracterizar ciclos de ascensão, de-

pressão e de recuperação, os quais ligou a outros acontecimentos. Os momentos de depressão estavam ligados a problemas relacionados aos preços em queda no mercado internacional de algum produto destinado àquele mercado. O caso do açúcar (1821-1842) foi associado aos problemas políticos internos (Guerras da Independência na Bahia, 1820-1823), à substituição do açúcar de cana por açúcar de beterraba e à queda no comércio de escravos africanos (1831). Por sua vez, a recuperação dependia de uma nova articulação com o mercado internacional, o que ocorreu com a entrada no comércio exportador de novos produtos, tais como diamantes, algodão e café (1842-1845/1860).

Porém, a duração da recuperação era mais curta do que a da depressão; logo, não se geravam lucros suficientes nas altas dos preços para sustentar os investimentos da elite baiana. Uma reanimação provocada pela melhoria dos preços agrícolas no mercado internacional, por exemplo, do cacau, da borracha de maniçoba e de carbonados e o próprio “encilhamento” (1887-1897) não criou uma base econômica interna. Em seguida, vinha a depressão, em razão de algum movimento contrário nos preços do cacau, do açúcar e do fumo, ora flutuantes, ora estagnados no mercado internacional. Nesse ritmo, as ondas de depressão e recuperação se sucediam, o que levou a historiadora a concluir que havia uma forte dependência da economia baiana ao mercado externo e uma fraca capacidade do mercado interno em responder de forma duradoura às depressões. A dependência externa erodia a economia local e comprometia o desenvolvimento econômico. A historiadora continuou os estudos sobre preços iniciados em 1971, atualizando-os e incorporando-os à tese de doutorado, em especial, nas partes VI e VII.²⁵

4. Trabalho livre e imigração: rupturas historiográficas em Maria Sylvia de Carvalho Franco e Maria Sílvia Bassanezi

Nas obras inaugurais da historiografia econômica ZEMELLA, M. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo:

²⁵ Sua tese de doutorado foi defendida na Universidade de Paris IV – Sorbonne, em 1986 e publicada no Brasil em 1992 com o nome *Bahia, no século XIX: uma província no Império*.

Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. ica brasileira, é na segunda geração de historiadores (Roberto Simonsen (1937), Caio Prado Júnior (1942) e Celso Furtado (1959)) que o tema população e trabalhadores livres começa a se destacar, tendendo, no entanto, a situar a população livre e pobre em uma posição marginal, frequentemente eclipsada pelo protagonismo da mão de obra escravizada ou pela chegada das correntes imigratórias europeias em São Paulo no final do século XIX.

Duas autoras fundamentais que trataram de modo inovador o tema dos trabalhadores livres e a imigração foram Maria Sylvia de Carvalho Franco e Maria Sílvia Bassanezi. A primeira, em meados dos anos 1960, quando imperavam os estudos sobre a economia colonial escravista, dedicou sua tese de doutorado (1964) para reconstituir o “mundo dos homens livres” que coexistiu com a “presença ausente, mas constante e pesada” do escravo (Franco, 1976, p. 9). A segunda, nos anos de 1970, defendeu sua tese de doutorado sobre as relações de trabalho no interior de uma propriedade cafeeira, enfocando de maneira conjunta e complementar o trabalho de imigrantes e de brasileiros.

Essas duas autoras, ao deslocarem o objeto de estudo para a complexidade das relações de trabalho e de poder nas franjas do sistema agroexportador, revelaram a existência de um mundo social vibrante e heterogêneo, superando a visão de que o trabalhador livre (não escravizado) constituía-se como uma massa de trabalhadores meramente residuais.

Maria Sylvia de Carvalho Franco inovou ao reconstituir o cotidiano do “caipira” no Vale do Paraíba paulista. Rompendo com as fontes historiográficas usuais, sua contribuição teórica foi decisiva ao caracterizar o Brasil do século XIX como uma formação especificamente capitalista, onde a população livre e expropriada mantinha laços de dependência e fidelidade com os grandes proprietários, desempenhando funções essenciais para a manutenção da ordem produtiva e do mercado interno.

Por outro lado, Maria Sílvia Bassanezi aportou o rigor da história quantitativa e da micro-história ao analisar a dinâmica de uma unidade produtora específica: a Fazenda Santa Gertrudes, no Oeste paulista. Revelou a extrema complexidade da estrutura ocupacional cafeeira e analisou não apenas as relações de produção, mas também as condições de vida, a capacidade de poupança e o cotidiano sociocultural dos trabalhadores. Ambos os trabalhos permitiram, de diferentes formas, conferir visibilida-

de científica a sujeitos históricos anteriormente relegados ao silêncio dos arquivos.

4.1 Maria Sylvia de Carvalho Franco (1930) e *Homens livres na ordem Escravocrata* (1969)

Maria Sylvia de Carvalho Franco nasceu em 1930, na cidade de Araraquara (SP), de pai de classe média (delegado de polícia) e mãe pertencente à família Pinto Ferraz, da elite rural paulista. Estudou em um tradicional colégio feminino da cidade de São Paulo, Colégio Des Oiseaux. Ingressou em Ciências Sociais da USP em 1949, obtendo o diploma no bacharelado e na licenciatura em 1952.

Em 1955, ingressou na carreira docente daquela instituição ocupando o cargo de assistente da Cadeira de Sociologia 1, dirigida por Florestan Fernandes. Fazia parte do grupo de pesquisadores em torno de Florestan, formado também por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Renato Jardim Moreira, Marialice Foracchi, Celso Beisiegel e Leôncio Martins Rodrigues Neto (Secco; Silva; Brites, 2023, p. 490). Foi no interior desse grupo, que a autora publicou, no final da década de 1950 e início dos anos 1960, seus primeiros artigos e realizou seu doutoramento, sob a orientação de Florestan Fernandes.

Em 1970, defendeu sua livre-docência pela Universidade de São Paulo, mesmo ano em que se transferiu para o Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, onde permaneceu lecionando, pesquisando e orientando trabalhos até o final da década de 1980. Transferiu-se para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), onde se aposentou (Cazes, 2013).

O livro *Homens livres na ordem escravocrata* é resultado de sua tese de doutorado, intitulada *Homens livres na velha civilização do café*, defendida em 1964. O livro foi publicado pela primeira vez em 1969 pelo IEB-USP. Tendo sido elaborada enquanto a autora esteve ligada ao grupo de pesquisadores liderados por Florestan, não poderia ser outra a sua preocupação a não ser tentar entender a formação do capitalismo no Brasil.

Segundo a própria autora, seu livro teve como ponto de partida a interpretação de Caio Prado Júnior sobre o processo integrador que se

desenvolveu no plano produtivo entre o latifúndio escravista e as áreas voltadas para a subsistência, gerando diferenciação socioeconômica na economia e na sociedade colonial. A esse ponto somou-se o trabalho de Antonio Candido, *Parceiros do Rio Bonito*, o qual, segundo Maria Sylvia, constituía-se, à época, “uma referência impossível de negligenciar”.²⁶

Franco iniciou seus trabalhos de pesquisa com intenção de estudar “comunidade”, em uma região que a autora chamou de “velha civilização do café”, o Vale do Paraíba paulista, por onde a cafeicultura havia iniciado sua expansão em contraposição às áreas mais novas e produtivas do café em São Paulo. Na região, o café havia se instalado sobre uma estrutura fundiária e populacional pré-existente e solidificada.

Ao estudar comunidade a autora esperava encontrar teórica e empiricamente “as chamadas relações comunitárias, de parentesco, de vizinhança ou de trabalho”, no entanto, segundo ela, “Depois de demorada, atenta e infrutífera pesquisa de campo dei-me conta de que a única possibilidade de compreender o que se passava diante de mim seria através de uma reconstituição histórica da vida caipira” (Franco, 2011, p. 170). Dessa forma, Franco foi pioneira ao estudar o trabalhador livre e pobre – também chamado caipira – na cafeicultura paulista.

A inovação não estava apenas no objeto e na interpretação que ela viria a fazer das relações entre essa população livre e a grande lavoura e seus mandatários. Estava também em um tipo de fonte pouco usual entre os historiadores – os processos-crime (Faria, 1998). Além desses, a documentação incluiu atas da câmara, correspondências e relatos de viajantes estrangeiros produzidos entre 1830 e 1899. E as pesquisas na documentação empírica também lhe revelaram uma realidade diferente daquela de sua hipótese inicial, relacionada à comunidade. Segundo a autora, “a violência que os esquemas acadêmicos atribuíam essencialmente à escravidão [...] revelava-se enraizada em outro solo, mais compreensivo, permeando a sociedade como um todo, inclusive as ‘harmoniosas’ comunidades” (Franco, 2011, p. 170).

Foi assim que o livro *Homens livres na ordem escravocrata* constituiu-se “referência para a busca de novas fontes e interpretações sobre os meios

²⁶ A autora também se beneficiou da pesquisa de Lucila Herrmann sobre a evolução da estrutura social da Comarca de Guaratinguetá publicada em 1948 (Secco; Silva; Brites, 2023, p. 491). Uma instigante interpretação do trabalho de Maria Sylvia encontra-se em Marquese e Salles (2016).

de vida e condições sociais dos ‘homens livres pobres’ em meio à hegemonia do trabalho escravo” (Faria, 1998). Segundo Secco, Silva e Brites (2023, p. 493),

A escravidão para a autora era parte de um sistema socioeconômico mais amplo, pois, no latifúndio escravista registrava-se a presença simultânea da produção para subsistência e para o mercado como práticas constitutivas umas das outras, reconhecendo o Brasil do século XIX como uma formação especificamente capitalista contrariando grande parte das interpretações de então que o via como uma sociedade tipicamente patrimonialista atrasada e não capitalista.

Franco mostrou onde os homens livres e pobres estavam alocados na economia e na sociedade numa relação de troca e favor com os mandatários locais. Esses homens eram tropeiros, vendeiros, sitiantes, camaradas e agregados das grandes fazendas. Todos mantinham com os grandes proprietários relação de dependência e fidelidade (Franco, 1976). A autora definiu-os como indivíduos expropriados pela produção mercantil: “uma das mais importantes implicações da escravidão é que deu origem a uma formação de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil” (Franco, 1976, p. 12). Outro elemento que caracterizou essa camada da população foi a grande mobilidade pelo território: “Sem vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram” (Franco, 1976, p. 32).

Para a autora, apesar de não integrados à produção mercantil, esses indivíduos não ficavam restritos à produção de subsistência, visto que existia a possibilidade de prestação de serviço e a correspondente oportunidade de algum ganho fora da economia para si: “Houve mesmo certa regularidade de aproveitamento de trabalho de brancos livres e sem poses nas fazendas. Cabia-lhes as tarefas arriscadas, como as derrubadas de florestas ou aquelas usualmente não confiadas ao escravo (tropeiro, carreiro) ou, ainda as ocupações ligadas à criação de gado” (Franco, 1976, p. 33). Atividade importante, atribuída exclusivamente aos trabalhos livres, era o transporte em lombos de burro de produtos para exportação ou para abastecer o mercado interno, atividade feita pelos tropeiros e condutores de tropas. Outras ocupações proporcionadas ao homem livre eram aquelas

ligadas ao pouso e abastecimento das caravanas dos tropeiros. Havia ainda os vendeiros (pequeno comerciante do bairro ou da beira de estrada), os pequenos sitiantes e os agregados que mantinham com os grandes proprietários relações de dependência e submissão (Franco, 1976).

Todas essas atividades realizadas pelos homens livres, no entanto, eram, para a autora, “serviços residuais que, na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos brancos com patrimônio” (Franco, 1976, p. 61). Ocupando lugares tão diversos nas atividades produtivas, o que esses homens tinham em comum, segundo Franco, era a violência que permeava suas relações e a dependência e subordinação ao fazendeiro, relações estas que tomavam concretude nas interações típicas da sociabilidade brasileira: amizade, compadrio, dominação pessoal, sujeição, moralidade, tradição, respeito, confiança, fidelidade.

4.2 Maria Sílvia Beozzo Bassanezi (1944) e *Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista. 1895-1930* (1973)

Maria Sílvia Beozzo Bassanezi nasceu em 1944, na cidade de Rio Claro, um município do chamado Oeste velho paulista, ponto extremo da primeira onda de expansão da cafeicultura no estado de São Paulo. Por volta de 1886, o município era considerado o terceiro maior produtor de café do estado, fato que justificou também a atração de grande parte da corrente imigratória. Foi ali, por exemplo, que aconteceram as primeiras experiências organizadas com o trabalho livre de imigrantes sob o regime de parceria na primeira metade do século XIX (Dean, 1977).

Foi no município que Bassanezi fez sua graduação, em Ciências Sociais (1963-1966) na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), na época Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, onde também se doutorou em Ciências (História), em 1974.

A riqueza histórica do município despertou o interesse de inúmeros pesquisadores,²⁷ entre eles o da professora Jeanne Berrance de Castro,

²⁷ Entre os estudiosos que se interessaram pelo município e pelo acervo documental preservado no Museu Histórico da cidade, estão Sérgio Buarque de Holanda, Maria Thereza Schorer Petrone e Warren Dean (Costa, 2002).

regente da cadeira de História Geral e do Brasil. Segundo Bassanezi, a pesquisa para sua tese de doutorado, *Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1895-1930*, teve início ainda na graduação, quando a professora Castro “começou a resgatar na cidade uma documentação” (Bassanezi, 2019).²⁸ Naquele esforço de levantamento da documentação histórica do município, Sebastião Baiocco, que na época era dono do cartório do município de Santa Gertrudes e seu colega no curso de graduação, conseguiu intermediar junto à família Prates, proprietária da fazenda, a doação da documentação ao museu histórico da cidade (Castro; Baiocco, 1969, p. 671).

Segundo Bassanezi, foi a professora Castro, já sua orientadora no doutorado, quem lhe sugeriu trabalhar com os documentos da Fazenda Santa Gertrudes (Bassanezi, 2019), “no entanto, mais na perspectiva do trabalhador, pois na época estavam iniciando uma outra vertente na História os estudos sobre as classes menos favorecidas, os trabalhadores, etc.” (Bassanezi, 2019).

Paralelamente aos documentos da fazenda, Maria Sílvia recorreu à documentação do Museu Paulista, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Museu do Imigrante, e a livros de viajantes que passaram pela região. Na época da pesquisa, também ficou amiga dos antigos colonos da propriedade rural estudada e foi assim que realizou também uma série de entrevistas (Bassanezi, 2019).

O pioneirismo do estudo de Maria Sílvia foi constatado ainda durante a execução do trabalho de pesquisa. Na introdução de sua tese, a autora já afirmava que seu objetivo era “estudar uma propriedade rural num setor pouco explorado da História da Agricultura Brasileira, e em especial, o tema proposto: o trabalhador agrícola” (Bassanezi, 1974, p. 15). Também quanto aos aspectos metodológicos, apontava que

[...] dentro da linha de renovação da metodologia histórica, o processo e a técnica utilizados nesta pesquisa [estavam] ligados aos métodos matemáticos-estatísticos e ao uso do

²⁸ Conta Jeanne de Castro: “Como parte do curso prático [no curso de Introdução aos Estudos Históricos] são realizados pelos alunos [...] levantamentos de arquivos privados, individuais e coletivos, do seu estado de conservação [...] objetivando principalmente salvar o que ainda resta estimulando doações ao arquivo histórico [...]”. (Castro; Baiocco, 1969, p. 670).

computador, dada a longa série de informações de caráter econômico passível a este tratamento. A utilização destes métodos [juntava-se a] um novo tipo de material, como no caso, os livros de Contabilidade, e em especial os [livros] Contas Correntes da Fazenda Santa Gertrudes, trabalhados quantitativamente [...]. (Bassanezi, 1974, p. 16)

Bassanezi volta ao tema do pioneirismo de sua pesquisa de doutorado em seu livro publicado em 2019: “[...] defendida pela autora no início dos anos 1970, uma época em que a historiografia brasileira começava a despertar para a micro-história, para o estudo das camadas populares, para o uso de fontes seriais [...]” (Bassanezi, 2019, p. 19).

Bassanezi se baseou numa farta e rara documentação de empresa cafeeira do período de 1895 a 1930: os livros de Contabilidade e livros Contas-correntes, mais especificamente, 56 copiadores e 29 livros contas-correntes, assim como 1 volume do livro-registro do café entregue aos colonos de 1908 a 1919.

A autora desenvolve seu texto em três partes: i) na primeira descreve a expansão da cafeicultura em São Paulo e a constituição e expansão territorial e da produção da Fazenda Santa Gertrudes, que chegou a ser uma das mais importantes fazendas paulistas de café; ii) na segunda parte, analisa as relações de trabalho na fazenda, trazendo de maneira inovadora as diferentes relações de trabalho que coexistiam para dar conta da complexidade de uma empresa cafeeira do início do século XX; iii) na terceira parte, enfoca o trabalhador rural em seu âmbito socioeconômico e cultural, antecedendo os estudos históricos que, ao analisar o trabalhador, o fariam no interior do “mundo do trabalho”, isto é, suas práticas de lazer, religiosidade, educacionais, culturais etc.

Bassanezi concebe a unidade produtora cafeeira como “grande empresa agrícola capitalista”. Nela coexistem, de um lado, um grupo pequeno de trabalhadores encarregado de administrar os investimentos de capital, a força de trabalho e a comercialização das culturas; e, de outro, um grupo enorme de trabalhadores que não se dedica apenas às funções agrícolas propriamente ditas, mas também a uma diversidade enorme de outras funções: maquinistas, carpinteiro, pedreiros, carroceiros e muitos outros. A complexidade da estrutura ocupacional da fazenda vem à tona com a identificação feita pela autora de mais de cinquenta diferentes ocupações.

Por meio de amostragem, Bassanezi verificou que os trabalhadores contratados como colonos perfaziam apenas metade (50,2%) do total de contratos, a outra metade estando contratada como camaradas (20,1%), assalariados especializados (11,5%) e o restante (18,2%) distribuído em ocupações não especializadas diversas.

Ainda tratando da complexidade daquela comunidade trabalhadora, Bassanezi demonstrou que havia “uma hierarquia social interna bem definida”. Entre o proprietário e os trabalhadores da camada mais inferior, havia uma camada de nível social médio (administrador, supervisor, maquinista, serralheiro, entre outros). Essa camada intermediária diferenciava-se da inferior pelo estilo de vida, pois recebia salários mais altos, morava em melhores casas e ainda se diferenciava às vezes pela indumentária. Na camada inferior, por sua vez, podia se distinguir outra hierarquia, com o colono ocupando melhor posição que o camarada e este, melhor que o pessoal encarregado das ocupações manuais não especializadas (Bassanezi, 1974).

Antecedendo obras que viriam a se dedicar à análise do sistema de trabalho do colonato, Bassanezi dedica um capítulo inteiro de sua tese ao colono, descrevendo em detalhes as tarefas desenvolvidas sob esse contrato: trabalho eminentemente familiar, com divisão etária e sexual do trabalho entre os membros da família; misto de trabalho fixo (trato do cafezal) e trabalho temporário (colheita de café) e, por vezes, uma tarefa extraordinária paga por dia de trabalho. Analisou a remuneração do colono por tarefa e detalhou a importância da lavoura de alimentos (especialmente a plantação de milho e feijão e a criação de porcos e galinhas) para a complementação de sua renda, que muitas vezes vendia o excedente da produção alimentar na fazenda ou nas vendas da região. Pioneiramente, fez estimativas sobre a capacidade potencial de poupar de acordo com o tipo de contrato sob o qual o indivíduo trabalhava.

Dessa forma, pode-se afirmar que a tese de Bassanezi se insere entre os poucos trabalhos monográficos baseados em documentação rara de fazendas paulistas e entre os raros trabalhos que descreveram em profundidade a complexidade e a diversidade do trabalho – que, como bem demonstrou a autora, não era apenas composta de colonos – em uma empresa rural cafeeira.

5. À guisa de conclusão

Este artigo sistematizou a produção intelectual de oito mulheres que fundamentaram as bases da nossa história econômica entre as décadas de 1940 e 1970. As obras selecionadas para compô-lo foram todas, ao seu tempo, inovadoras, seja no método ou nas fontes documentais, mas, sobretudo nas análises que teceram para temas clássicos de nossa historiografia econômica.

Todas as obras foram fruto de volumosa pesquisa em fontes documentais inéditas, muitas delas de difícil acesso. As autoras analisadas romperam com narrativas masculinas tradicionais ao utilizarem métodos quantitativos rigorosos (quando raras eram as pesquisas assim elaboradas) e análises monográficas minuciosas.

A análise conjunta dessas obras mostra a contribuição feminina para uma ruptura metodológica ocorrida na historiografia econômica brasileira entre os anos 1940 e 1970, que pode ser assim sintetizada: a) transição para o uso intensivo de documentos inéditos, muitos deles manuscritos, fugindo da dependência de fontes secundárias; b) substituição da generalização analítica por estudos de caso exaustivos; c) inovação temática, com a introdução de objetos de pesquisa até então marginais, como o mercado interno, o abastecimento de gêneros “plebeus”, a alforria como ato comercial e o os trabalhadores livres e pobres.

Por fim, este artigo demonstra que a atuação dessas oito pesquisadoras foi crucial para o entendimento da formação econômica do Brasil como um sistema complexo que vai além da exportação cafeeira. Elas revelaram a dinâmica do mercado interno, a estrutura dos preços urbanos e a complexidade das relações de trabalho, integrando o econômico ao social e ao cultural de forma indissociável. As obras aqui analisadas são de suma importância, permanecem como referências imprescindíveis para questões fundamentais da história econômica do Brasil e são merecedoras de novas pesquisas.

Ao trazermos à luz a produção historiográfica dessas oito mulheres, pretendemos mostrar não só a significativa contribuição que elas trouxeram para métodos e temas fundamentais da história econômica do Brasil, mas também enfatizar que estas são apenas algumas delas e que muito da nossa historiografia tem sido bordada, tecida, tracejada e costurada por mulheres.

Referências

ABREU, D. S. Resenha: L'histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930. *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 94, p. 574-577, 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133091>>. Acesso em: 11 maio 2023.

BASSANEZI, M. S. B. *Colonos do café*. São Paulo: Contexto, 2019. *História*, Assis, v. 39, p. 1-6, 2020.

BASSANEZI, M. S. B. *Entrevista da professora Maria Sílvia B. Bassanezi (UNICAMP) sobre Imigração no Brasil*. [S. l.], 2019. Disponível em: <<http://www.imigracaohistorica.info/posts/entrevista-da-professora-maria-silvia-b-bassanezi-unicamp-sobre-imigracao-no-brasil>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BASSANEZI, M. S. B. *Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1895-1930*. 1974. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Rio Claro, 1974.

CANABRAVA, A. P. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1., 1971, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: IEB/USP, 1971. p. 27-34.

CASTRO, J. B. de; BAIOTTO, S. *Inventário analítico de uma fazenda paulista: Santa Gertrudes (1885-1961)*. [S. l.: s. n.], 1969. Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.

CAZES, P. F. *A sociologia histórica de Maria Sílvia de Carvalho Franco: pessoalização, capitalismo e processo social*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2013.

COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966.

COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

COSTA, E. V. da. *Escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista*. 1964. Tese (Livre-Docência em História da Civilização Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

COSTA, W. P. Prefácio. In: SANTOS, F. A. *Rio Claro: uma cidade em transformação*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ELLIS, M. *As feitorias baleeiras meridionais do Brasil Colonial*. 1966. Tese (Livre-Docência em História da Civilização Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

ELLIS, M. *O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801): contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil durante o período colonial*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1955. (Boletim, n. 197; História da Civilização Brasileira, n. 14).

FARIA, S. C. Escravos e homens pobres. *Jornal de Resenhas*, [s. l.], dez. 1998. Disponível em: <<http://jornalderesenas.com.br/resenha/escravos-e-homens-pobres/>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FRAGOSO, J. *100 anos de Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2023. Disponível em: <<https://historia.ufrj.br/index.php/destaque/noticias/592-100-anos-de-maria-yedda-leite-linhares>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

FRANCO, M. S. de C. *Os homens livres na velha civilização do café*. 1964. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

FRANCO, M. S. de C. Entrevista com Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, p. 167-177, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31732011000300007>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

LINHARES, M. Y. L. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. da. *História da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

LOBO, E. M. L. Entrevista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 84-96, 1992.

LOBO, E. M. L. et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930: resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 235-265, out./dez. 1971.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808-1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MACHADO, D. V. *Por uma “Ciência Histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

MACHADO, D. V. Texto historiográfico como “discurso de justificação”: Cecília Westphalen e a construção de um lugar para si. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 295-314, jan./jun. 2017.

MARQUESE, R. de B. A escravidão na obra de Emília Viotti da Costa: uma história em três tempos. In: MARQUESE, R. de B. *Os tempos plúrais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios: USP, 2020.

MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARTINS, R. B. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MATTOSO, K. M. de Q. Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX: estudo de um grupo social. *Revista de História*, São Paulo, v. 48, n. 97, p. 109-135, 1974. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132134>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia, no século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, K. M. de Q. Os preços na Bahia de 1750 a 1930. In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 543., 1973. *L'histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. [S. l.]: Éditions du CNRS, 1973. p. 169-182.

MATTOSO, K. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES, J. G. V. de; REGO, J. M. (org.). *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

PESAVENTO, S. J. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Montevideo: IEL, 1980.

PETRONE, M. T. S. As áreas de criação de gado. In: HOLANDA, S. B. de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. t. 1, v. 2, p. 218-227.

PETRONE, M. T. S. *O Barão de Iguape*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976. (Coleção Brasileira, v. 361).

PETRONE, M. T. S. Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antonio da Silva Prado (1817-1829). *Revista de História*, São Paulo, n. 73, 1968; n. 76, 1968; n. 79, 1969.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942.

REIS, J. J.; SOUZA, E. S. Katia Mytilineou de Queirós Mattoso (Volos, 1931 – Paris, 2011). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 48, p. 363-381, 2013.

RIBEIRO, M. A. R. Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica, 1934-1972. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R.; SAES, F. A. M. (org.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017a. p. 141-205.

RIBEIRO, M. A. R. Uma homenagem a Emília Viotti da Costa (1928-2017). *História Econômica & História de Empresas*, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 511-522, 2017b.

RIBEIRO, M. A. R. A presença de Eulália. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R.; SAES, F. A. M. (org.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017c. p. 285-308.

RIBEIRO, M. A. R. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 7-40, 1999.

SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R.; SAES, F. A. M. (org.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.

SANTOS, N. M. W. dos; FRAGA, H. J. Acervo Sandra J. Pesavento: trajetórias e perspectivas investigativas para a história do tempo presente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 158, p. 41-65, 2020. Edição especial.

SECCO, L.; SILVA, M.; BRITES, O. (org.). *Mulheres que interpretam o Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2023.

SILVA, F. C. T. da. Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 311-315, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000200003>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Editora Nacional, 1937.

SZMRECSÁNYI, T. Retomando a questão do início da Historiografia Econômica no Brasil. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R.; SAES, F. A. M. (org.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017. p. 113-139.

TESSARI, C. A.; RIBEIRO, M. A. R. (org.). *Trajetórias e memórias de historiadoras econômicas*. São Paulo: Hucitec: ABPHE, 2023.

TESSARI, C. A.; RIBEIRO, M. A. R. Uma pensadora do Brasil: Emília Viotti da Costa. *Mundo e Desenvolvimento: revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, São Paulo, p. 196-245, 2021.

WESTPHALEN, C. M. *Entrevista a José Wille em dezembro de 1997*. [S. l.], 2022. Disponível em: <<https://memoriaparanaense.com.br/2022/05/06/a-historia-do-parana-foi-a-missao-de-vida-de-cecilia-westphalen/>>. Acesso em: 10 maio 2023.

WESTPHALEN, C. M. Introdução de escravos no litoral paranaense. *Revista de História*, São Paulo, v. 44, n. 89, p. 139-154, 1972.

WESTPHALEN, C. M. Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá, nos meados do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: ANPUH, 1969.

WESTPHALEN, C. M. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

ZEMELLA, M. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.